

Ação da Lava Jato mira filho de Lula

Operação investiga se empresário foi beneficiado por repasses do grupo Oi que ultrapassam R\$ 132 milhões

Deflagrada nesta terça-feira (10), a Operação Mapa da Mina, desdobramento da Lava Jato, visa averiguar repasses que teriam beneficiado o empresário Fábio Luis Lula da Silva, filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), o grupo Oi/Telemar teria transferido mais de R\$ 132 milhões ao conglomerado Gamecorp/Gol, gerido por Fábio, além de Fernando Bittar, Kalil Bittar e Jonas Suassuna. Os pagamentos teriam sido feitos entre 2004 e 2016.

As investigações indicam que o ex-presidente teria beneficiado o grupo Oi/Telemar, garantindo, por meio de atos de sua competência, que fechasse uma negociação de seu interesse. De acordo com o MPF,

Lula teria editado o Decreto nº 6.654/2008 para tornar viável, à concessionária de telecomunicações, a aquisição da Brasil Telecom.

Em entrevista à imprensa, membros da força-tarefa da Operação Lava Jato acrescentaram que o ex-ministro José Dirceu teria praticado tráfico de influência em favor da Oi/Telemar. Ele foi titular da Casa Civil durante o governo Lula.

Segundo o procurador do MPF Roberson Pozzebon, as provas que subsidiavam as investigações da Operação Mapa da Mina foram reunidas ao longo de, pelo menos, três fases anteriores da Lava Jato. Os rastros dos supostos crimes contemplam registros telefônicos, transações bancárias obtidas mediante quebra de sigilo bancário e

As investigações indicam que o ex-presidente Lula teria beneficiado o grupo Oi/Telemar, por meio de atos

dados armazenados em ambiente on-line, em formato de nuvem.

A operação totaliza 47 mandados de busca e apreensão nos estados de São Paulo, Rio, Bahia e Distrito Federal. Segundo nota do MPF, também foram cumpridos “mandados de busca e apreensão com a finalidade de apurar indícios de irregularidades no relacionamento entre o grupo Gamecorp/Gol com a Vivo/Telefônica, especificamente no que diz respeito ao projeto que foi denominado como Nuvem de Livros”. “Foi apurada movimen-

tação da ordem de R\$ 40 milhões entre a Movel Internet Móvel, empresa do grupo Telefônica/Vivo, e a Editora Gol, no período de 15/01/2014 a 18/01/2016”, informou a nota.

Defesa – Em nota, a Oi/Telemar destacou que “atua de forma transparente e tem prestado todas as informações e esclarecimentos que vêm sendo solicitadas pelas autoridades, assegurando total e plena colaboração com as autoridades competentes”.

Por meio da assessoria de imprensa, a Vivo/Tele-

fônica disse que “a empresa está fornecendo todas as informações solicitadas e continuará contribuindo com as autoridades”. “A Telefônica reitera seu compromisso com elevados padrões éticos de conduta em toda a sua gestão e procedimentos.”

Os sócios do grupo Gamecorp/Gol não haviam se posicionado até o fechamento desta edição.

Os advogados de Lula distribuíram nota afirmando que as referências feitas ao nome do ex-presidente pela força-tarefa da Lava Jato “são totalmente descabidas e refletem a atuação parcial de seus membros”. Segundo a defesa, o tema que serviu de base para essas referências “já foi objeto de ampla investigação realizada pela Polícia Federal de São Paulo,

que foi concluída em 16 de abril de 2012, com a elaboração de relatório de arquivamento”, sem identificar a prática de qualquer crime.

A defesa lembra ainda que o assunto foi objeto de apuração em inquérito civil público, também arquivado pelo Ministério Público Federal em Brasília. “Ou seja, os órgãos do Estado competentes para promover a análise e a investigação do assunto já atuaram e concluíram de longa data que Lula e seus familiares não cometeram qualquer ato ilícito”, diz a nota.

Os advogados do ex-ministro José Dirceu divulgaram nota argumentando que, em relação ao ex-ministro, “todos seus recebíveis já foram objeto de investigações”. “É mais do mesmo”, finaliza o texto. ■



Imagens mostram o momento em que o assessor é executado

Vídeo mostra execução de assessor de vereador

Câmeras de segurança registraram o momento em que Cristiano Otávio Jesus dos Santos, assessor do vereador de Itaboraí Enéas Pereira (PMN), é assassinado. A ação criminoso aconteceu em novembro, às 18h38, mas as imagens só foram divulgadas pela Polícia Civil nesta terça-feira (10).

Na gravação, é possível notar que Cristiano e um rapaz, que não teve sua identidade revelada, chegam de carro à Rua Francisco de Assis Fernando de Abreu, altura do número 917, em Apollo III, São Gonçalo. Os dois aparentam tranquilidade e observam alguns detalhes no automóvel antes de entrar no imóvel.

Dois homens em uma Honda XRE300 azul e branca se aproximam. Os criminosos usam calça e casacos pretos e não tiram os ca-

pacetes. Em ação que dura segundos, o garupa desce e efetua quatro disparos na direção de Cristiano, que morre no local.

Após os assassinos fugirem, o rapaz que estava com Cristiano entra no imóvel, aparentemente para pedir ajuda. Em seguida, um outro homem sai junto com ele.

O caso está sendo investigado pela Delegacia de Homicídios (DH) de Niterói, que não dá detalhes do caso.

O crime aconteceu na tarde de 25 de novembro, policiais do 7º BPM (São Gonçalo) foram acionados para atender a uma ocorrência de um homem que havia sido baleado no Apollo III. Quando chegaram no local, os agentes confirmaram se tratar de Cristiano Otávio. A DHfoi acionada e realizou a perícia no local. ■



A dupla foi abordada por agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF)

Dupla é pega com patinete na Ponte

Dois homens foram flagrados transitando com um patinete elétrico na Ponte Rio-Niterói, na manhã da última segunda-feira (9). A dupla foi abordada por agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF). De acordo com a Ecoponte, concessionária que administra a via, a Ponte precisou ser

interditada nos dois sentidos por dois minutos.

De acordo com a PRF, o patinete não tinha registro de propriedade. Ele era alugado de uma empresa do Rio e não pode ser retirado do município. A dupla foi encaminhada para a 76ª DP (Centro) e autuada por furto. ■

Pezão será libertado, mas vai ter que usar tornozeleira

Ex-governador teve habeas corpus aceito e ficará em prisão domiciliar

O ex-governador Luiz Fernando Pezão será solto da Unidade Prisional da Polícia Militar, no Fonseca, em Niterói. A decisão é da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que nesta terça-feira (10) atendeu ao pedido de habeas corpus da defesa. Pezão ficará em prisão domiciliar e deverá usar uma tornozeleira eletrônica.

A decisão foi tomada através de votação do colegiado, cuja maioria entendeu que não há mais condicionantes para a manutenção da prisão preventiva de Pezão, como ele voltar a interferir as investigações, por exemplo. Dois dos cinco ministros, Sebastião Reis Júnior e Antonio Saldanha Palheiro, se declararam impedidos de exercer o voto. Os demais - o relator Rogério Schietti, Laurita Vaz e Nefi Cordeiro - votaram a favor da soltura.

Além de usar a tornozeleira, o ex-governador terá que cumprir algumas medidas cautelares, como comparecer em juízo quando chamado, não ter contato com outros réus, não poderá ocupar



Ex-governador está há mais de um ano em Unidade Prisional da Polícia Militar no Fonseca, em Niterói

cargos públicos, não poderá deixar o Rio sem autorização judicial, estar em casa entre 20h e 6h todos os dias e comunicar previamente sobre transações bancárias acima de R\$ 10 mil.

Pezão está preso em Niterói desde novembro de 2018. Na época, ele ainda exercia o cargo de governador do Rio de Janeiro. Ele é acusado de participar de um esquema de corrupção no Rio, entre 2007 e 2015, e foi preso através de um desdobramento da

Operação Lava Jato. A Procuradoria-Geral da República disse que ele foi beneficiado com mais de R\$ 39 milhões em propina, o que levou o ministro do STJ Felix Fischer a autorizar a prisão. As investigações apontam, ainda, que o grupo era comandado pelo também ex-governador Sérgio Cabral, de quem Pezão foi vice.

O advogado Fábio Mirza, que representa Pezão, disse

que a saída do ex-governador da prisão só não ocorreu nesta terça por causas dos trâmites legais.

“Agora depende das partes administrativas. Como regra, o Superior Tribunal de Justiça comunica a 7ª vara, que por sua vez comunica a entidade responsável pela administração prisional, que é a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap)”, declarou. ■



VICE-GERENCIADORIA DO ESTADO
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
COMISSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL

AVISO

A Comissão de Pregão torna público, para conhecimento dos interessados que, por interesse da Administração do DER-RJ, o PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2019, referente à Aquisição de agregados: pó de pedra, pedra britada nº 0, pedra britada nº 1, brita corrida e pedra britada nº 4 (rachão), para atender a Região Metropolitana II do Estado do Rio de Janeiro, cuja realização estava marcada para 12/12/2019, fica transferido para o dia 20/12/2019, às 10h.



FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO DE EDITAL

A Coordenação de Licitação da FUNDAÇÃO SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se disponível a Licitação para Registro de Preços abaixo mencionada:
PROCESSO: E-08/007/101162/2018
MODALIDADE: Pregão Eletrônico PE nº 05/2019
OBJETO: Aquisição de medicamento (0,9% cloreto de sódio solução estéril e epirogênica)
ENDEREÇO DO PORTAL: www.compras.rj.gov.br
DATA LIMITE DE ACOLHIMENTO: 8/1/2020 às 10h30
DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 8/1/2020 às 10h35
Código da Licitação no Portal Sistema Eletrônico SIGA: 22814
Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.compras.rj.gov.br, podendo também ser retirada uma via impressa na Coordenação de Licitação da Fundação Saúde mediante a entrega de uma resma de papel formato A4, sita à Av. Padre Leonel Franca, 248 - Gávea - CEP: 22451-000, Rio de Janeiro/RJ, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 17h.



VICE-GERENCIADORIA DO ESTADO
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
COMISSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL

AVISO

A Comissão de Pregão torna público, para conhecimento dos interessados que, por interesse da Administração do DER-RJ, o PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2019, referente à Aquisição de agregados: pó de pedra, pedra britada nº 0, pedra britada nº 1, brita corrida e pedra britada nº 4 (rachão), para atender a Região Metropolitana I do Estado do Rio de Janeiro, cuja realização estava marcada para 11/12/2019, fica transferido para o dia 19/12/2019, às 10h.



FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO DE EDITAL

A Coordenação de Licitação da FUNDAÇÃO SAÚDE torna público, para conhecimento dos interessados, que encontra-se disponível a Licitação para Registro de Preços abaixo mencionada:
PROCESSO: E-08/007/718/2019
MODALIDADE: Pregão Eletrônico PE nº 78/2019
OBJETO: Aquisição de reagentes laboratoriais, com fornecimento de equipamento automático em sistema de comodato, incluindo assistência técnica/manutenções preventivas e corretivas, consumíveis, soluções de lavagens, controles e calibradores para realização de testes para detecção de toxoplasmose, citomegalovírus, herpes simples, varicela, caxumba, parvovírus B19, sarampo e rubéola
ENDEREÇO DO PORTAL: www.compras.rj.gov.br
DATA LIMITE DE ACOLHIMENTO: 7/1/2020 às 10h30
DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 7/1/2020 às 10h35
Código da Licitação no Portal Sistema Eletrônico SIGA: 24179
Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.compras.rj.gov.br, podendo também ser retirada uma via impressa na Coordenação de Licitação da Fundação Saúde mediante a entrega de uma resma de papel formato A4, sita à Av. Padre Leonel Franca, 248 - Gávea - CEP: 22451-000, Rio de Janeiro/RJ, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 17h.